

## #PrayforParis: e agora, quem entra e quem sai?<sup>1</sup>

**Thais França**

Doutora em Sociologia do Trabalho pela  
Universidade de Coimbra – Portugal.  
Pesquisadora Associada da Universidade do  
Minho/Portugal.  
Brasil  
thaisfrancas@gmail.com

### Para citar este ensaio:

FRANÇA, Thais. #PrayforParis: e agora, quem entra e quem sai? *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 199 – 205, set./dez. 2015.

### DOI: 10.5965/1984724616322015199

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724616322015199>

---

<sup>1</sup> Este Ensaio foi escrito e apresentado na ocasião do Seminário “Desafios da governabilidade da diversidade em tempos de crise” realizado nos dias 17 e 18 de novembro de 2015, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como uma das atividades do projeto Multilevel governance of cultural diversity in a comparative perspective: EU-Latin America financiado pela Comunidade Europeia dentro das Ações Marie Skłodowska-Curie “International Research Staff Exchange Scheme” FP7.

*Estou em Paris. Ontem à noite, passei por perto do local da matança na rua Beaumarchais. Jantei em um lugar que fica a dez minutos de outro alvo dos ataques. Todos que eu conheço estão bem, mas muitos que eu não conheço estão mortos, traumatizados ou em luto. É escandaloso e terrível. Hoje as ruas estiveram movimentadas à tarde, mas vazias à noite. A manhã acordou inerte. (...) Não há toque de recolher instaurado, mas os serviços públicos foram reduzidos e as manifestações, proibidas – inclusive os “rassemblements” (encontros) para lamentar os mortos foram considerados ilegais. Compareci a um desses encontros na Place de la République, onde a polícia reiterou que todos deviam se dispersar, e poucos obedeceram. Nisso vi um breve momento de esperança. ( Postagem de Judith Butler em seu Facebook no dia seguinte ao atentado terrorista de Paris)*

A sexta-feira 13, de novembro de 2015, ficará para a história como um dia em que todos os fantasmas e demônios das superstições tornaram-se reais. Entre 21h30 min e 22h do horário local francês, Paris foi tomada por uma onda de selvageria como havia anos a Europa não testemunhava. Calcula-se que os sete atos terroristas, entre tiroteios e explosões, deixaram 359 pessoas feridas e provocaram a morte de outras 129. Às 9h50 da manhã, em Paris, do dia 14 de novembro de 2015, o Estado Islâmico assumiu a autoria do atentado.

A comoção mundial gerada em torno dos ataques acordou um exercício de solidariedade que parecia não fazer mais parte da trilogia fundante da república francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Em poucas horas, uma rede de acolhimento às pessoas desorientadas que se encontravam nas ruas formou-se na tentativa de dar algum alento e conforto para o que não pode ser compreendido. E de todos os lugares do mundo, incontáveis mensagens e manifestações de apoio e pedidos de paz foram enviadas à França.

O Presidente Obama, em seu pronunciamento, disse que o ataque não se tratava somente de um ataque a Paris, mas sim de um ataque a toda a humanidade. Na manhã do dia 14, o presidente francês François Hollande pronunciou-se e classificou os atentados como um "ato de guerra", referindo-se ao Estado Islâmico como um "exército terrorista".

O presidente francês decretou três dias de luto e convocou o parlamento para uma sessão extraordinária.

Se as lamentáveis e imediatas consequências do ataque podem ser quantificadas nos números de pessoas mortas e feridas, a real dimensão dos efeitos desse atentado para a democracia e para a paz mundial ainda é imprevisível.

A complexidade do fenômeno dos ataques terroristas e da formação do Estado Islâmico ultrapassa meu entendimento e tampouco se põe como o desígnio desta reflexão. São tantos atores, interesses e disputas em jogo que me sinto incapaz de realizar uma análise crítica adequada. Ao mesmo tempo, são diversas as questões que o acontecimento chama para a reflexão, desde a construção da visibilidade midiática de uma tragédia em relação a outra (pensando aqui em como o crime ambiental de responsabilidade da Samarco e da Vale, resultante do rompimento da barragem de Fundão, na unidade industrial de Germano, no distrito de Mariana em Minas Gerais, tem sido sistematicamente ignorado, negado e ocultado pela mídia nacional hegemônica), passando pelo questionamento de que lógicas simbólicas e ideológicas estão por trás dos atentados, de quais os interesses do capitalismo na promoção da indústria da guerra e quais os efeitos da atual geopolítica mundial em relação aos conflitos no Oriente Médio, entre tantos outros. É evidente também que o fato dos atentados terem sido cometidos por muçumanos em um país Ocidental convoca, obrigatoriamente, a refletir acerca do tema dos *“Desafios da governabilidade da diversidade em tempos de crise”*, que, não por coincidência, mas por sintonia com os acontecimentos do tempo presente, é o tema deste seminário.

Assim, como já dito anteriormente, este artigo não se propõe a discutir de forma aprofundada as causas dos recentes ataques terroristas acontecidos em Paris. Almeja, pois, a refletir sobre que efeitos e consequências esse acontecimento pode ter para a governação da diversidade na Europa e no mundo, sobretudo, no que diz respeito às diferenças religiosas, étnicas, raciais e de nacionalidade.

Nos últimos anos, os debates internacionais acerca da regulação das fronteiras dos territórios do Estado Nação têm sido intensos e acirrados, em especial nos países da

Europa Schengen. Se os atentados de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center, em Nova York, consolidaram-se como um divisor de águas nas políticas de controle de entrada e permanência em território estadunidense, contribuindo de forma direta para seu endurecimento, muito provavelmente o 13 de novembro de 2015 também irá deixar marcas nas políticas migratórias europeias.

Os anos de 2014 e 2015 têm sido críticos para a União Europeia (UE) por vários motivos, dentre eles pela inabilidade de um dos maiores blocos políticos e econômicos do mundo em lidar com a crise dos/as refugiados/as, em especial aquela causada pelas guerras na Líbia, na Síria e no Afeganistão. Segundo o ACNUR<sup>2</sup>, em 2014, o número de pessoas refugiadas mortas ou desaparecidas no mar Mediterrâneo na tentativa de entrar no continente europeu foi em torno de 3000 indivíduos; em outubro de 2015, esse número já era superior a 2700.

A crise econômica mundial, aliada à xenofobia, ao racismo e ao avanço do conservadorismo tem levado a União Europeia a construir aqueles/as que, alheios/as aos seus desejos, se veem obrigados/as a abandonar seus países como ameaças tanto à segurança nacional, como ao bem estar do país. Cada vez mais, a UE afoga-se em uma obsessão securitária e militarista que em nada se assemelha aos seus ideais originários de democracia, de solidariedade e de direitos humanos. Programas de resgate e salvamento de vidas, como o programa *Mare Nostrum* que tinha como objetivo a recolha de refugiados/as em situação de risco no Mediterrâneo, têm sido suspensos e substituídos por programas securitários, como o programa *Tritão* que tem como objetivos a vigilância e a patrulha das fronteiras mediterrânicas. A ordem é a devolução à procedência de quem quer que seja capturado/a proximamente às fronteiras europeias.

Enquanto isso, ao redor das fronteiras terrestres, barreiras físicas como muros, arames farpados e cercas têm sido levantadas, como se a ferida de um outro Muro, que até há bem pouco tempo separava Berlim em duas e, durante 28 anos envergonhou o mundo, já tivesse sido curada. Eslovênia, Áustria e Hungria anunciaram que recorrerão a essas barreiras para controlar o fluxo de refugiados/as que tentam entrar no território

---

<sup>2</sup> Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

Europeu por terra. E, mais recentemente, a Suécia declarou que voltará a introduzir controle de documentos em suas fronteiras, colocando em cheque as regras de livre circulação no espaço Schengen.

E, se o caráter securitário da política de regulação de entrada dos refugiados/as na UE já é por si só uma afronta aos direitos humanos, sua ineficiência e inexpressividade diante da magnitude dos números são inaceitáveis. Comprometer-se a receber apenas 160 mil pessoas, enquanto só guerra da Síria forçou 4 milhões de pessoas a deixar o país é a comprovação da indiferença vil que se abate sobre a União Europeia). Ademais, o tratamento dado àqueles/as que conseguiram penetrar na fortaleza europeia é desumano. Na Hungria, são inúmeras as denúncias de maus tratos aos/as refugiados/as, mantidos/as em campos de detenção sem comida nem água, e tratados/as como animais. E no dia 03 de setembro, em mais uma demonstração de esquecimento (ou em uma tentativa sádica de reprodução) de outros terríveis trens que não há muito tempo também transportavam pessoas para outros tipos de campos de detenção, um grupo de refugiados/as foi colocado em um trem que supostamente seguiria para a Alemanha e obrigado a descer em um campo de detenção.

Percebe-se que o contexto em que os últimos atentados cometidos se deram foi de criminalização, culpabilização e intolerância aos/as refugiados/as, que contribuiu para um fortalecimento perigoso do conservadorismo e do nacionalismo. Consolidam-se discursos xenófobos e anti-refugiados/as, advoga-se por um maior controle das fronteiras, pelo corte nos direitos dos/as refugiados/as e de imigrantes já residentes no país e, em alguns casos, defende-se sua expulsão do território nacional. Porém, em nenhum momento, jamais se questiona a responsabilidade das políticas internacionais da Europa para com a origem e manutenção da guerra nos países árabes.

Um exemplo claro desse ultraconservadorismo é a posição anti-imigração da extrema-direita francesa representada pela Frente Nacional. Jean-Marie Le Pen, em 21 de Maio de 2014, antes de um comício em Marselha, referindo-se ao “problema” da imigração da Europa, afirmou que “o Senhor Ébola é capaz de resolver tudo isso em três meses”. E recentemente, Marine Le Pen, prometeu “denunciar e erradicar toda a

emigração bacteriana”, pois “os hospitais são confrontados com a presença de doenças contagiosas não europeias relacionadas com os fluxos migratórios. Nós recusamo-nos a pôr em perigo a saúde dos nossos compatriotas”.

Assim, no caso da França, não será de espantar se por conta da pressão popular e partidária por respostas mais contundentes na regulação da imigração e na concessão de asilos, dentro em breve o fechamento temporário e emergencial das fronteiras nacionais anunciado por Hollande, logo após o atentado, evolua para a eliminação da concessão de refúgio, leve a fechar de forma indeterminada a entrada de muçulmanos/as, sírios/as e afegãos/ãs que tentam fugir da guerra e dificulte ainda mais a entrada e permanência de imigrantes em território francês.

Uma leitura dessa situação, leva-me a apostar que dias ainda mais tenebrosos se aproximam. Butler afirma que a tônica para os próximos tempos será o fortalecimento de um estado securitário ampliado, incluindo o aumento da militarização da polícia e a luta contra o “islã” em qualquer uma de suas versões. Discursos xenófobos que associam de forma direta e simplificada a religião muçulmana e seus/suas praticantes com os extremistas radicais do Estado Islâmico tendem a se tornar mais populares. O discurso público hegemônico não se preocupa em distinguir as diferentes comunidades muçulmanas, com suas diversidades de posições políticas. Há uma construção de um inimigo comum e único que invisibiliza as diferenças entre muçulmanos, jihadistas e Estado Islâmico.

Esse tipo de discurso compromete não apenas os/as muçulmanos/as que tentam entrar na União Europeia fugindo da guerra e do terror que se instalaram em seus países, mas também aqueles/as que vivem na Europa há muito tempo, que nasceram no continente europeu – embora ainda sejam denominados “imigrantes de segunda geração”. Ou seja, põe em causa diretamente a sustentabilidade do já enfraquecido, criticado e controverso modelo de multiculturalismo europeu.

Hollande nomeou os ataques do dia 13 como uma guerra, e hoje, dia 15 de novembro, enquanto escrevo essa nota às 19h19 em Paris, a França acabou de lançar 20 bombas sobre o reduto do Estado Islâmico em Raqqa, destruindo um posto de comando

e um campo de treinamento. As consequências desse ataque ainda são por mim, e todo o mundo, desconhecidas. Se a definição de quem eram os culpados pelos ataques e a decisão de que deveriam ser punidos imediatamente foi rápida e sem grandes questionamentos, como dito anteriormente, reflexões sobre a origem dessa situação e sobre o papel do ocidente no fomento desse contexto de terror são completamente inexistentes.

É preciso pontuar que a França, juntamente com os demais países da União Europeia, nunca se posicionou a favor do embargo à venda de armas para os territórios em conflitos; ou contra a compra de petróleo originário dos territórios ocupados pelo Estado Islâmico. E historicamente, suas posições geopolíticas em alianças com os Estados Unidos na corrida pelo domínio das riquezas petrolíferas do Oriente Médio e por postos centrais para o controle da região não podem ser dissociadas da origem de grupos islâmicos como a Al Qaeda, o Estado Islâmico outras organizações jihadistas que construíram uma narrativa religiosa e antiocidental contra a intervenção ocidental na região. Ou seja, o Estado Islâmico é também uma consequência das políticas de dominação pós-coloniais do mundo Ocidental em relação ao Oriente. Contudo, é mais fácil criar um inimigo externo do que reconhecer a própria culpa na criação de uma situação de terror.

Diante dessa situação, é inevitável perguntar como será, daqui por diante, o controle de fronteiras em Paris: quem entra e quem sai?

Recebido em: 11/02/2016

Aprovado em: 19/02/2016

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
**Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED**

Revista *PerCursos*

Volume 16 - Número 32 - Ano 2015

revistapercursos@gmail.com